

## Canal de denúncia premiada

PAULO GOMES \*

Identificar fraudes ou ações ilícitas em empresas públicas ou privadas é uma das missões mais complexas em gestão. As áreas de auditoria, controle e compliance atuam para prevenir e mitigar riscos e já utilizam a inteligência artificial a fim de coibir descaminhos. Os avanços nos últimos anos são inquestionáveis, mas a luta é eterna e precisa constantemente de novos aliados que atuem em prol da ética.

Mas além de investir em robótica, é essencial o apoio do próprio funcionário que, muitas vezes, divide uma baía com um potencial fraudador.

O ato de delatar traz consigo diversas barreiras psicológicas, desde sentimentos de culpa, com rótulos de 'traidor', até um temor de retaliação ou perda do emprego. O delator interno precisa de estímulos que lhe deem segurança, eliminando receios.

Eis que surge o conceito que chamo de 'Canal de Denúncia Premiada'; uma recompensa em nome da ética. Não posso garantir que seja uma ideia inédita no Brasil, mas confesso que em quase 40 anos imersos em auditoria ainda não presenciei um exemplo implantado com eficácia.

A busca purista pela ética já deveria ser um estímulo para que as pessoas delatassem más condutas de colegas. Mas sabemos que uma política de incentivo traz resultados significativos.

A famosa recompensa 'Wanted' (procurado) tão emblemática nos filmes do gênero Velho Oeste, é exemplo clássico

dessa prática, que ainda é usada como apoio para capturar criminosos.

No Brasil, também temos esse artifício, inclusive com o apoio da Lei 13.608/18, que obriga os organismos públicos a oferecerem canais de denúncia. Ela regulamenta o benefício financeiro a quem contribuir de forma concreta com informações úteis.

Outra analogia é com a Colaboração Premiada e os Acordos de Leniência. Os resultados obtidos pela Lava Jato e de cases pós-Lei Anticorrupção, são impressionantes: R\$ 14 bilhões de recursos resgatados, segundo dados divulgados no final do semestre, pela Força Tarefa de Curitiba.

Mas há uma diferença primordial em criar um Canal de Denúncia Premiada: quem colabora não faz parte da fraude. Seria um funcionário que, movido por um sentimento de ética e por um prêmio atrativo, pudesse contribuir com a gestão e saúde financeira da organização, evitando perdas significativas. Fraudes de impacto profundo podem até significar a falência da companhia.

Para viabilizar a denúncia premiada é preciso que a empresa ofereça estruturas de confidencialidade e segurança. Algumas multinacionais contam com terceirizadas que ficam responsáveis pela gestão desses canais, chamados lá fora de Ethics Line.

No caso de gestão própria, seletos responsáveis receberiam a denúncia e acionariam as áreas de auditoria e com-

pliance para que a investiguem. Comprovado o descaminho, o prêmio seria concedido de forma confidencial, como nas premiações dadas pelo Judiciário. Vale lembrar que nos Estados Unidos, há leis e programas que protegem o delator, chamado de whistleblowers (assopradores de apito).

Com relação aos prêmios, dependerão do tamanho do impacto que o delito causou ou causará à empresa. Ao evitar prejuízos de milhões, é justo que a recompensa seja generosa, podendo ser em forma de promoção de cargo, de valores financeiros ou até, como uma viagem de férias para o colaborador e sua família.

As grandes corporações já possuem programas de apoio, mas falta o incentivo da recompensa. Segundo um estudo sobre fraudes lançado semanas atrás, pela Deloitte, em parceria com o IIA Brasil, IBGC e a ACFE, cerca de 90% das empresas entrevistadas dispõem de canais de denúncia estruturados.

A instituição da Denúncia Premiada deve ser encarada como um ato de cumplicidade entre a empresa e o seu funcionário. É um pacto em nome da ética corporativa e um passo cultural importante, inclusive de cunho social, pois fortalece a confiança entre empregado e empregador, exaltando valores de cidadania e ampliando a corrente contra a corrupção.

\* Diretor-geral do Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA Brasil

## A reforma tributária e seus impactos

MURILO PIRES \*

A tão esperada reforma tributária, por meio da PEC 45/2019, prevê a unificação da gestão e arrecadação de tributos da União, Estados e Municípios de forma centralizada. A intenção é pela unificação de três impostos federais, um estadual e um municipal em um único tributo sobre bens e serviços (IBS), similar ao Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Dessa forma, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); o Imposto sobre Serviços (ISS); e a Contribuição do Programa de Integração Social (PIS), seriam unificados. Esta alteração resultaria no fim da cumulatividade do sistema de impostos e contribuições, fazendo com que se reduza o efeito em cascata, além de simplificar e uniformizar as alíquotas, eliminando isenções e privilégios. Vale lembrar que os tributos sobre o consumo oneram a atividade econômica, pois os custos são transferidos para o preço final dos produtos e serviços, o que acaba desestimulando a compra.

Temos uma outra proposta que está sendo construída pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, cujo princípio é que o novo imposto incida sobre os meios de pagamento (cheques, cartões de crédito ou dinheiro vivo), semelhante ao modelo da extinta CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira). Além do mais, este modelo incluiria a desoneração da folha de pagamento, outro estímulo para a retomada do crescimento econômico.

Vale ressaltar que os secretários dos estados pretendem apresentar proposta aos governadores, com a inclusão da criação de um comitê gestor, sendo que a União não poderia definir a alíquota do novo imposto e o estado ficaria com cerca de 50% do valor arrecadado. A proposta traz também outros pontos, como por exemplo, tratamento diferenciado para a Zona Franca de

Manaus, criação de fundos e ainda estabelecer a justiça estadual para julgar contencioso administrativo sobre o novo tributo.

Porém, a grande questão é que, em virtude do déficit fiscal que União, Estados e Municípios vêm enfrentando, qualquer mudança mais profunda na estrutura tributária, sem uma efetiva redução da carga, pode não trazer impactos para os contribuintes em relação ao volume de impostos, podendo significar até um aumento, o que produziria um desequilíbrio no sistema de arrecadação dos tributos para alguns segmentos e não surtiria o efeito esperado de crescimento econômico proposto pelo governo.

Temos que considerar a possibilidade de a nova alíquota trazer à tona a informalidade para muitos contribuintes ou determinadas operações ou segmentos de atuação, decorrente de eventual acréscimo dos tributos, que hoje já onera de forma significativa algumas atividades no Brasil.

Caso este cenário se confirme, certamente grandes corporações conseguirão sustentar seus negócios por meio da revisão de suas estruturas, modelo de negócios e até sobre a forma de vender seus produtos e serviços. Por outro lado, entidades com menor musculatura ou que estejam em determinada parte da cadeia produtiva, poderiam ter suas operações inviabilizadas.

Vale lembrar ainda que existem outras 5 propostas em discussão, o que reforça o não entendimento entre os diferentes movimentos e propostas apresentadas, agora no Congresso Nacional. Neste momento, a incerteza impera, razão pela qual esperamos com ansiedade um cenário favorável para o empresário brasileiro, trazendo-o novamente para posição de competição no ambiente global.

\* Líder de tributos da HLB Brasil

## Risco crescente da insegurança cibernética

EDGAR D'ANDREA \*

Na busca constante pela adoção de novas tecnologias, as empresas, cada vez mais, estão fomentando a inovação e o crescimento em ambientes interconectados em todo o mundo. Entretanto, à medida que se tornam mais dependentes de processos cibernéticos, também é preciso saber identificar e gerir os riscos dessa nova realidade. Os líderes das organizações que utilizam a automação ou a robótica indicam ter consciência das consequências potencialmente significativas dos ataques cibernéticos.

É isso o que mostra a Pesquisa Global de Segurança da Informação (GSISS), iniciativa da PwC. Para 45% dos 9.500 executivos de 122 países entrevistados, a interrupção das operações é a ocorrência com maior potencial. O comprometimento de dados sensíveis foi citado por 39%, acompanhado de 32% que citaram danos à qualidade do produto ou serviço. Outra possível ocorrência de um ataque cibernético citada por 29% é referente a danos à propriedade física e 22%, danos à vida humana.

Apesar da consciência sobre essa situação, muitas empresas sujeitas a ataques cibernéticos ainda se encontram despreparadas para lidar com a prevenção e remediação desse tipo de ação. Dos entrevistados, 44% não possuem uma estratégia de segurança da informação, 48% não fazem treinamento de cons-

cientização sobre aspectos de segurança para seus funcionários e 54% não têm um processo de resposta a incidentes. Apenas 39% dos entrevistados afirmam ter muita confiança em sua capacidade de imputação dos responsáveis pelos ataques cibernéticos.

Isso mostra a necessidade de todas as organizações, públicas e privadas, verificarem se os objetivos estratégicos da cibersegurança estão sendo executados. Os líderes devem assumir maior responsabilidade pelo desenvolvimento de resiliência cibernética. É essencial o estabelecimento de uma estratégia de cima para baixo para lidar com riscos de cibersegurança e privacidade de dados, que permeie toda a empresa.

O risco de ataques cibernéticos de outros países, por exemplo, já é uma preocupação constante de muitos profissionais e executivos, particularmente no Japão, nos Estados Unidos, na Alemanha, no Reino Unido e na Coreia do Sul. Com isso, as ferramentas para evitá-los estão se multiplicando nesses países. No Japão, a quantidade de empresas que possuem estratégia de segurança cibernética corresponde a 72%. Lá os ataques são vistos como a principal ameaça para a segurança nacional.

Outra necessidade demonstrada pela pesquisa é o compartilhamento de informações. Apenas 58% dos entre-

vistados colaboram formalmente com outros profissionais do setor, incluindo concorrentes, para melhorar a segurança e reduzir o potencial de riscos futuros. Informações úteis, confiáveis e disponíveis sobre ameaças cibernéticas são essenciais para desenvolver a capacidade de respostas rápidas, o que aumenta a resiliência. Ampliar a habilidade de enfrentar ciberataques é um trabalho em equipe — que deve permear empresas, setores, países e regiões —, cuja eficiência será comprometida se não houver participação intensa e significativa.

Os líderes empresariais precisam perseguir a resiliência cibernética e o cumprimento da lei de proteção de dados como um caminho para o sucesso, e não apenas para reduzir riscos. É uma forma de contribuir, inclusive, para o bom desempenho econômico em longo prazo. Um ponto fundamental de atenção nos próximos meses é a proteção de dados pessoais, tendo em vista a jornada e o prazo de atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). As lições, portanto, são muitas e há um longo caminho necessário a ser percorrido para chegar a um modelo ideal: resiliente, seguro e compartilhado.

\* Sócio e especialista em cibersegurança da PwC Brasil

### DIÁRIO DO COMÉRCIO

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.

Fundado em 18 de outubro de 1932  
Fundador: José Costa

Diretor-Presidente  
Luiz Carlos Motta Costa  
presidencia@diariodocomercio.com.br

Diretor Executivo e de Mercado  
Yvan Muls  
diretoria@diariodocomercio.com.br

Diretora Editorial  
Adriana Muls  
adrianamuls@diariodocomercio.com.br

## Melhor destino para a Ceasa

O processo de privatização da Ceasa Minas está decidido e em andamento, embora ainda sem prazo definido para a concretização da operação. Sabe-se, no entanto, que grupos estrangeiros, entre os quais figurariam franceses e chineses, já manifestaram interesse no negócio, cujo valor estimado está entre dois e três bilhões de reais. Esta não é, entretanto, a melhor medida do valor real da Ceasa, com seus 500 mil m<sup>2</sup> de área construída por onde circulam 40 mil pessoas diariamente. MUITÍSSIMO mais relevante é a estimativa de que passam por seus galpões 80% dos alimentos consumidos diariamente na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

É também o bastante, entendemos, para que se conclua que as operações da Ceasa, hoje controladas pelo Ministério da Agricultura, são estratégicas para produtores, para comerciantes e para o conjunto da população, sendo ideal que seu controle permaneça em Minas, com os mineiros, e esta não é felizmente uma ideia utópica, fora da realidade. Os próprios

empresários que atuam na Ceasa, congregados pela Associação Comercial local, já se articulam com este propósito e, mais que igualdade de condições em negociações futuras, deveriam ter preferência. Discretamente como convém, e é próprio dos mineiros, eles já trabalham com este objetivo, argumentando que já comprovaram sua capacidade

**É também o bastante, entendemos, para que se conclua que as operações da Ceasa, hoje controladas pelo Ministério da Agricultura, são estratégicas para produtores, para comerciantes e para o conjunto da população**

de gestão e têm condições para levantar o capital necessário.

Seriam na realidade, e em todos os sentidos, os candidatos ideais, sobretudo porque representam a melhor trajetória de que não haveria riscos a trajetória de sucesso que a Ceasa percorre há 45 anos, acumulando experiência e confiabilidade que nenhum outro comprador estaria em condições de oferecer. Esta é uma causa de interesse direto de todos os mineiros, vital para os produtores e igualmente importante para toda a cadeia de distribuição, justificando assim uma mobilização mais ampla, seja nas esferas do governo estadual, da bancada mineira no Congresso Nacional e das entidades representativas do mundo empresarial, com destaque para as federações da Agricultura e do Comércio.

Os empresários que já se movimentam em torno da ideia não reclamam favores ou concessões de qualquer espécie, mas estão defendendo, legitimamente, um espaço que usaram e mantêm de pé. Querem fazer mais e esperam encontrar na figura do mineiro e empresário Salim Mattar, hoje secretário especial do Ministério da Economia, responsável pelo programa de privatizações, um interlocutor sensível a seus argumentos.

Desse diálogo, não duvidamos, poderá sair a melhor solução para a questão que, está demonstrado, é da maior relevância para a economia regional, além de impactar diretamente as vidas de, talvez, milhões de mineiros.